



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

191

**Recurso de Agravo nº 60067-3/01 - Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Marcos Antônio Barbosa da Silva

5526

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. EMBARGOS DE TERCEIRO. APLICAÇÃO DO ART. 557, *CAPUT*, DO CPC. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. IMUTABILIDADE DA DECISÃO AINDA QUE INEXISTENTE O VÍCIO. RECURSO IMPROVIDO SEM DISCREPÂNCIA DE VOTOS. 1. A decisão objeto do presente recurso, a qual, como cediço, manteve a determinação de levantamento da constrição judicial que atingiu o imóvel cujas características constam do documento de fls. 07 da ação Executiva Fiscal em apenso, não violou os rigores legais ao aplicar o art. 557, *caput*, do CPC, uma vez que se esteou inteiramente em súmula e jurisprudência dominante do STJ, havendo, inclusive, transcrição em seu corpo de ementas relativas a acórdãos proferidos por este Tribunal Superior em casos análogos ao ora em apreço. 2. No que concerne à condenação em honorários advocatícios, tem-se que as arguições trazidas pelo Estado agravante sequer devem ser conhecidas nesta via recursal, porquanto, em momento algum, foram suscitadas nas razões do recurso de Apelação Cível de onde deriva a decisão ora guerreada, tratando-se, portanto, de tentativa de inovação recursal. 3. Com efeito, vale ressaltar que, mesmo na hipótese de inexistência do vício supracitado, melhor sorte não colheria o recorrente, haja vista o entendimento pacificado no STJ de que não se aplica a súmula 303/STJ quando, nos embargos de terceiro, o embargado/exeqüente, após tomar ciência de que o bem não pertence ao devedor, insiste no implemento e manutenção do ato construtivo, opondo resistência meritória às pretensões do terceiro embargante, hipótese que reclama a aplicação do princípio da sucumbência para fins de imposição da condenação ao pagamento da verba



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

12.  
192

honorária. 4. No caso em concreto, conquanto o embargante não tenha providenciado o registro em cartório da promessa de compra e venda, deve o Estado embargado, ora agravante, suportar o ônus pelo pagamento da verba honorária, vez que, ao opor resistência à pretensão meritória deduzida na inicial, como demonstram as petições de fls. 66/74 e 92/105 dos autos em apenso, atraiu a aplicação do princípio da sucumbência. 5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

**ACORDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 60067-3/01, em sessão realizada no dia \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães -- Relator**



13  
193

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 60067-3/01 - Comarca de Recife**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Marcos Antônio Barbosa da Silva

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de decisão terminativa que, com espeque no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao apelo em apenso, sob o fundamento de que o mesmo se encontrava em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do STJ e deste Tribunal de Justiça, mantendo, portanto, a sentença que julgou procedente os Embargos de Terceiro nº 001.1997.044128-3, e, em consequência, declarou insubsistente o auto de penhora lavrado nos autos da Execução Fiscal nº 001.1996.030002-4.

Em suas razões recursais, de fls. 02/05, pugna o Estado agravante pela reforma da decisão vergastada, argumentando, para tanto, que a questão não poderia ter sido decidida sob os rigores do art. 557, do CPC, por envolver exame de documentos e análise de circunstâncias casuísticas.

O recorrente se insurgiu, ainda, quanto à condenação em honorários advocatícios, aduzindo, em suma, que não deu causa ao ajuizamento da demanda, razão pela qual não deveria ter sido condenado ao pagamento de qualquer verba sucumbencial.

Requer ao final, que essa relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a 8ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça.

É o relatório.

Recife, 04 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



14  
19.4

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo nº 60067-3/01 - Comarca de Recife**  
**Agravante:** Estado de Pernambuco  
**Agravado:** Marcos Antônio Barbosa da Silva

**VOTO**

Não merecem prosperar as alegações do ora agravante, senão vejamos.

De início, cumpre destacar que a decisão objeto do presente recurso, a qual, como cediço, manteve a determinação de levantamento da constrição judicial que atingiu o imóvel cujas características constam do documento de fls. 07 da ação Executiva Fiscal em apenso, não merece reparos no que concerne à aplicação do art. 557, *caput*, do CPC, uma vez que se esteou inteiramente em súmula e jurisprudência dominante do STJ, havendo, inclusive, transcrição em seu corpo de ementas relativas a acórdãos proferidos por este Tribunal Superior em casos análogos ao ora em apreço, razão pela qual não entendo vulnerado o aludido dispositivo do Digesto Processual Civil, que assim estabelece:

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Por outro lado, no que concerne à condenação em honorários advocatícios, observo que as arguições trazidas pelo Estado agravante sequer devem ser conhecidas nesta via recursal, porquanto, em momento algum, foram suscitadas nas razões do recurso de Apelação Cível de onde deriva a decisão ora guerreada, tratando-se, portanto, de tentativa de inovação recursal.

Com efeito, vale ressaltar que, mesmo na hipótese de inexistência do vício supracitado, melhor sorte não colheria o recorrente.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

É certo que o STJ possui entendimento firmado no sentido de que a imposição dos ônus processuais deve se pautar pelo princípio da sucumbência, norteados pelo princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

A matéria em questão constitui o objeto da Súmula nº 303 do STJ, *in verbis*:

**Súmula nº 303 do STJ** - Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios.

Deveras, afasta-se a aplicação do sobredito enunciado sumular quando, nos embargos de terceiro, o embargado/exeqüente, após tomar ciência de que o bem não pertence ao devedor, insiste no implemento e manutenção do ato construtivo, opondo resistência meritória às pretensões do terceiro embargante, hipótese que reclama a aplicação do princípio da sucumbência para fins de imposição da condenação ao pagamento da verba honorária.

No caso em concreto, conquanto o embargante não tenha providenciado o registro em cartório da promessa de compra e venda, deve o Estado embargado, ora agravante, suportar o ônus pelo pagamento da verba honorária, vez que, ao opor resistência à pretensão meritória deduzida na inicial, como demonstram as petições de fls. 66/74 e 92/105 dos autos em apenso, atraiu a aplicação do princípio da sucumbência.

Corroborando o entendimento exposto, colaciono ementa de recente julgado do STJ, senão vejamos:

LOCAÇÃO E PROCESSUAL CIVIL. PENHORA DE BEM IMÓVEL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA NÃO REGISTRADO. EMBARGOS DE TERCEIRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIOS DA CAUSALIDADE E DA SUCUMBÊNCIA. RESISTÊNCIA AOS EMBARGOS. RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE/EMBARGADO PELOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA NE REFORMATIO IN PEJUS. 1. Não deve ser aplicado o comando da 303 do Superior Tribunal de Justiça quando o Embargado/Exeqüente, impugnando os termos dos embargos de terceiro, resiste-lhe aos argumentos, investindo contra o próprio mérito daquele incidente, sendo de rigor, nesses casos, que a sucumbência - incluindo-se, por óbvio, a verba honorária - seja arcada pelo vencido na demanda. 2. Atendendo ao princípio da ne reformatio in pejus, mantenho inalterado o acórdão recorrido, que entendeu não ser cabível, na espécie, o arbitramento da verba honorária para qualquer das partes. 3. Agravo regimental



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

desprovido (AgRg nos EDcl no Ag 1020951 / SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, T5 - QUINTA TURMA, DJ 18/09/2008).

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente Recurso de Agravo, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**